



RELATO INSTITUCIONAL 2017

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	3
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES – MISSÃO E ORGANOGRAMA.....	4
3. HISTÓRICO DO INSTITUTO	6
4. CONCEITOS OBTIDOS PELO IPESU NAS AVALIAÇÕES INSTITUCIONAIS EXTERNAS	7
5. COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO	8
5.1 Histórico da Comissão Própria de Avaliação – CPA	8
5.2 Metodologia do Processo Avaliativo	11
5.3 Metodologia da Coleta de Dados	14
6. CONCLUSÃO	15

1. APRESENTAÇÃO

O presente documento foi desenvolvido com base nos dados colhidos pela CPA e pelos corpos Técnico- Administrativo e pedagógicos do Instituto Pernambucano de Ensino Superior - IPESU, frente aos parâmetros institucionais, o PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, as pesquisas da CPA, os processos avaliativos de Graduação realizados pelos avaliadores externos do INEP no campi do IPESU, localizado na Rua São Miguel, 176 – Afogados- RECIFE /PE.

A CPA – Comissão Própria de Avaliação está constituída desde o ano de 2006 e atua em diversos processos avaliativos dos cursos (estrutura física avaliada por discentes, docentes e colaboradores; docentes pelos discentes; coordenadores pelos discentes; avaliação externa; clima organizacional e estrutura), verifica as solicitações da ouvidoria, ações de Conselho Acadêmico da IES e dos colegiados dos cursos. A Comissão está representada atualmente pelos seguintes membros:

Membros CPA

Representante da IES – Fábio Pereira Botelho (Coordenador da comissão)

Representante do Corpo Docente – Aristóteles Veríssimo

Representante do Corpo Discente – Maria Karolina Almeida Félix

Representante do pessoal Técnico-administrativo – Andréa Félix de Alcantara

Representante dos Egressos – Welligton Gusmão da Silva

Representante da Sociedade Civil – Vanda Ribeiro

Com a participação de cada um no processo de coleta de dados, a CPA pode levantar os pontos fortes e fragilizados da instituição e assim, debater coletivamente os rumos que queremos para a IES. Dessa forma, a avaliação institucional é um instrumento da qualidade de ensino e para ter êxito é necessário haver a participação de toda comunidade acadêmica.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES – MISSÃO E ORGANOGRAMA

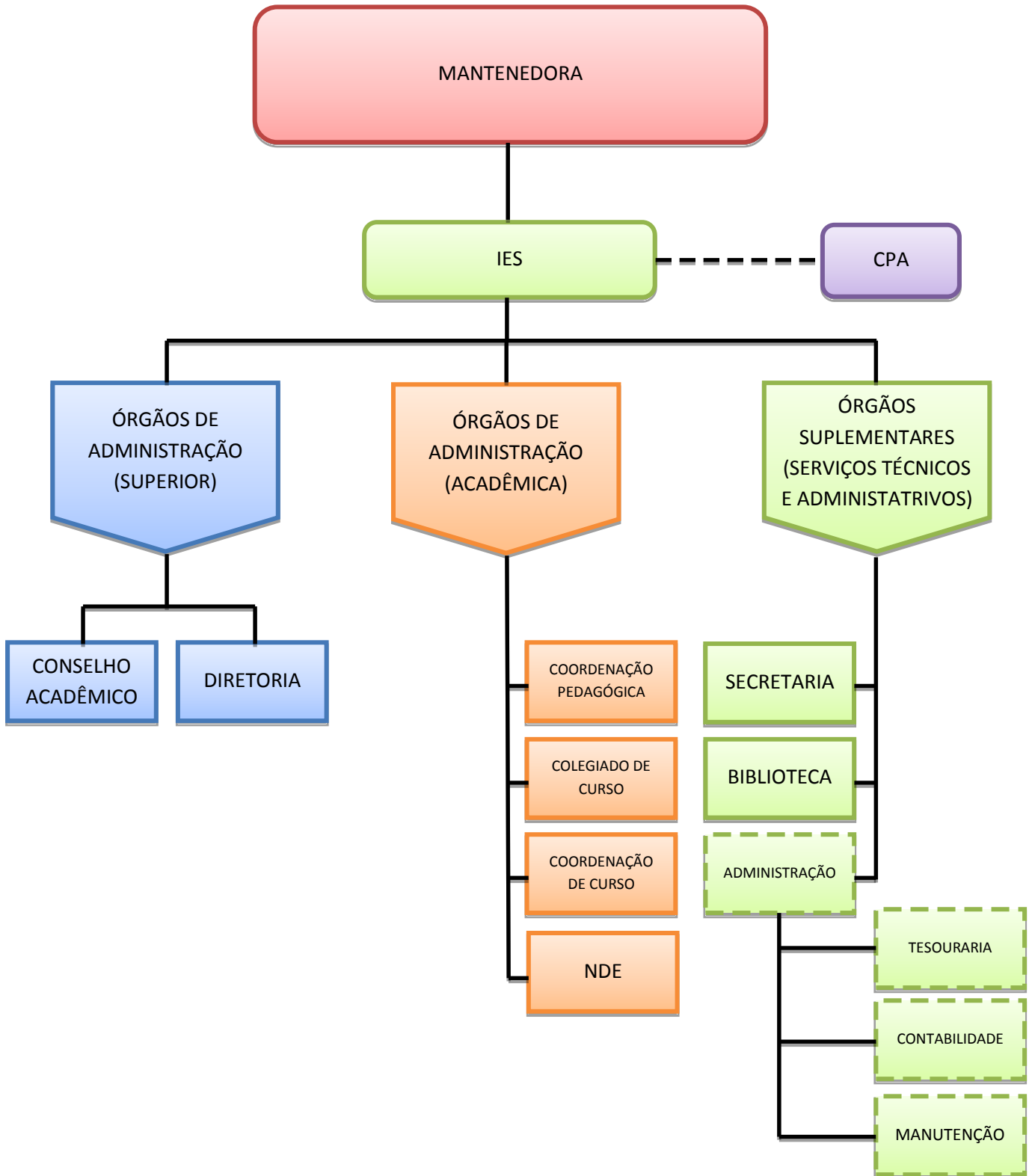
O **IPESU** tem como missão investir em um processo de ensino e aprendizagem que capacite os seus egressos a atenderem às necessidades e expectativas do mercado de trabalho e da sociedade, com competência para formular, sistematizar e socializar conhecimentos em suas áreas de atuação. Para alcançar esse objetivo, a Instituição promove a educação superior, integrando o ensino e a extensão, com o intuito de formar sujeitos empreendedores e comprometidos com o autoconhecimento, a transformação social, cultural, política e econômica do estado e da região.

A estrutura organizacional da Instituição está apoiada em órgãos colegiados, executivos e suplementares. Os órgãos colegiados e executivos organizam-se em dois níveis de decisão:

- Órgãos de Administração Superior: Conselho Acadêmico e Diretoria;
- Órgãos de Administração Acadêmica: Coordenação Pedagógica, Colegiado de Curso, Coordenação de Curso e NDE.

Essa estrutura é auxiliada nas suas atribuições e competências pelos Órgãos Suplementares: Secretaria, Biblioteca, Administração, Tesouraria, Contabilidade e Manutenção. Poderão integrar a estrutura organizacional do IPESU outros órgãos de natureza didático-científica, cultural e técnico-administrativa.

Organograma da Instituição, a seguir:



3. HISTÓRICO DO INSTITUTO

O Instituto Pernambucano de Ensino Superior– IPESU, credenciado por meio da Portaria nº 395, publicada no D.O.U. de 06/03/01. Funciona na Rua São Miguel, 176, Afogados, Recife, Estado de Pernambuco, é um estabelecimento isolado de ensino superior com limite territorial de atuação no município de RECIFE, Estado de Pernambuco, mantida pela **Associação Pernambucana de Ensino Superior - APESU** é uma entidade mantenedora de ensino superior sem fins lucrativos.

Concomitantemente ao seu credenciamento, o IPESU, passou a oferecer os seguintes programas de graduação (VER TABELA ABAIXO).

Deste modo, o IPESU se propõe a formação atualizada dos alunos capacitando-os para uma sociedade em constante mudança, por meio de ensino de qualidade que utiliza tecnologias adequadas aos seus projetos, nas áreas das ciências humanas, sociais. A finalidade maior é promover o desenvolvimento do potencial dos alunos, estabelecendo condições que possibilitem a inserção no mercado de trabalho em condições de competir de modo criativo na solução dos problemas com os quais forem confrontados na busca da construção de uma sociedade melhor.

Autorização e Reconhecimento de Cursos:

CURSO	AUTORIZAÇÃO	RECONHECIMENTO	VAGAS	ALUNOS 2017
	PORTARIA	PORTARIA		
Administração		545/17	300	145
Comunicação Social		100/05	100	-
Ciências da Computação		286/12	100	91
Ciências Contábeis		271/17	100	96
Direito		547/17	160	374
Enfermagem		216/12	100	80
Farmácia		133/16	100	149

Fisioterapia		1.345/17	100	148
Nutrição	97/16		100	89
Turismo		135/05	100	-
Comunicação Institucional	3.097/04	-	100	-
Design Gráfico	2.959 e 3.096/04	-	100	-
Estética e Cosmética	847/16	-	100	-
Multimídia	1.785 e 2.442/04	-	100	-
Redes de Computadores		129/13	100	61

4. CONCEITOS OBTIDOS PELO IPESU NAS AVALIAÇÕES INSTITUCIONAIS EXTERNAS

IES	CURSO	2016			2015			2014		
		IGC	ENADE	CPC	IGC	ENADE	CPC	IGC	ENADE	CPC
IPESU	Administração	3			3			3	2	3
	Computação					2	3			
	Contábeis								1	3
	Direito								3	3
	Enfermagem		2	3						
	Estética e Cosmética									
	Fisioterapia		2	3						
	Redes						2		2	

5. COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

A Comissão Própria de Avaliação- CPA, do Instituto Pernambucano de Ensino Superior - IPESU, mantida pela Associação Pernambucana de Ensino Superior - APESU, nos termos da Portaria nº 01, de 11 de junho de 2004, em conformidade com o estabelecido pelo art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Portaria/MEC nº 2.051, de 09 de julho de 2004.

A proposta implantada e seguida pela CPA desta IES parte da premissa de contemplar um rol de medidas segundo as leis do SINAES. Dessa forma, a proposta implantada e seguida pela CPA desta IES parte dos seguintes pressupostos:

a - a avaliação é uma leitura orientada da realidade, segundo critérios pré-estabelecidos, de acordo com nossos padrões de qualidade; e

b - a finalidade última da avaliação não é classificar nem selecionar e excluir. Seus resultados devem ser analisados a fim de que sejam propostos caminhos, metas, estratégias que vão ao encontro das intenções educativas e responsabilidades sociais da IES. A pressuposição para essa auto-avaliação se justifica e se transforma em uma necessidade por ser um direito da população, distinguindo-se, assim, da proposição de um estado avaliador.

5.1 Histórico da Comissão Própria de Avaliação – CPA

A Constituição da primeira CPA foi em junho de 2006. Encaminhamento ao INEP pela IES a proposta de auto avaliação em março de 2005. Devolução pelo INEP da análise (parecer) sobre a proposta de auto avaliação das IES. 2005-2006 realização das etapas de sensibilização e desenvolvimento do processo avaliativo.

Dezembro de 2005, envio do relatório final de auto avaliação. Abril de 2006 envio do relatório de Consolidação da auto avaliação institucional, ou avaliação interna. Neste ano a avaliação foi feita de maneira experimental, enfrentando muitas dificuldades em função da novidade.

Em abril de 2008 o SINAES recomenda a continuidade do processo de auto avaliação institucional, iniciada em 2004. Ainda em abril o INEP estabelece que até 30 de novembro as IES depositassem o relatório de auto avaliação do período de setembro 2006-setembro 2008 e assim foi feito. Alguns avanços foram verificados a partir dessa avaliação, mudanças Institucionais foram implementadas no ano seguinte.

Em fevereiro de 2009 o INEP recomenda que até o dia 30 de março de cada ano as IES devem depositar no E-MEC seus relatórios de avaliação interna e assim foi feito. Esta avaliação foi mais profunda e “profissional”, gerando um rico relatório. Este relatório serviu de base para argumentar junto à Direção a respeito das melhorias sugeridas neste. Verificou-se a necessidade de aumentar a divulgação da CPA e seus resultados.

Em 2010 a CPA atingiu um número maior de contribuições e conseguiu tornar-se mais conhecida no ambiente acadêmico. Verificou -se a necessidade de aumentar o envolvimento com a comunidade, o que foi plenamente atendido em 2011. Verificou -se, ainda, a necessidade de simplificar o processo de pesquisa e tabulação dos dados, a fim de estimular a participação dos componentes da Comissão.

Em 2011 a CPA atingiu seu maior grau de maturidade tendo adotado os questionários eletrônicos simplificando a obtenção e tabulação dos dados. As questões

dos formulários foram reformuladas a fim de serem mais compreendidas pelos públicos a que se destinam. Verificou-se a necessidade de ampliar a divulgação dos resultados obtidos através da CPA.

Em 2012 a CPA manteve sua avaliação de forma eletrônica com uma adesão maior das pessoas. As questões dos formulários foram reformuladas dando uma maior ênfase aos aspectos relacionados à estrutura física, devido à mudança de campus. A divulgação da CPA se solidificou e as pessoas demonstram uma maior compreensão sobre o assunto.

Em 2013 a CPA teve adesão um pouco menor do que em 2012. Houve uma grande ausência de respostas por parte do curso de direito. A questão da estrutura física deixou de ter ênfase e aspectos pedagógicos ganharam relevância. A implementação de soluções advindas da CPA de 2012 foi relevante e muitas das fragilidades apontadas na avaliação anterior já não estiveram presentes nesta.

Em 2014 a CPA passou por grande reformulação motivada pela recomendação do MEC onde as 10 dimensões avaliativas foram reorganizadas em 5 eixos. Desta maneira, todos questionários e o próprio relatório foram refeitos a fim de satisfazer a recomendação. No âmbito do relatório foi implementado quadro comparativo das potencialidades e fraquezas apontadas nas avaliações externas.

Em 2015 viu-se a necessidade de aplicar os questionários de forma on-line, visto que a plataforma onde o aluno e os professores acessam daria uma maior agilidade na consolidação dos resultados das pesquisas.

Em 2016 a CPA conseguiu implementar os questionários de forma "ON-LINE", porém verificou-se a necessidade de uma maior sensibilização nas respostas dos mesmos e ajustes no sistema.

Em 2017 a CPA conseguiu efetivamente fazer os questionários para discentes e docentes no sistema "on line" e observou-se uma maior adesão na hora de responder, mas ainda não alcançou o objetivo almejado.

5.2 Metodologia do Processo Avaliativo

Em consonância com os pressupostos e justificativas apresentados, o processo avaliativo desta IES fundamentou-se nos seguintes princípios:

- a - globalidade;
- b - comparabilidade;
- c - respeito à identidade institucional;
- d - não premiação ou punição;
- e - adesão voluntária;
- f - legitimidade; e
- g – continuidade

O princípio da globalidade destaca a importância da avaliação da Instituição não apenas em uma de suas atividades, mas que seja objeto de permanente avaliação as atividades acadêmicas e administrativas, incluindo todos os enfoques presentes na educação superior.

O princípio da comparabilidade recomenda o completo entendimento dos termos adotados na Avaliação Institucional, devendo ser os mesmos validados em processos semelhantes em outras IES.

O princípio da identidade institucional é o respeito pelas características específicas das instituições.

O princípio da não premiação ou punição fundamenta-se no pressuposto de que o processo de avaliação não deve estar vinculado a mecanismos de punição ou premiação. Avaliar é um processo contínuo e sistemático que serve para firmar valores. A intenção, ao tratar da afirmação de valores, é mostrar que há na avaliação uma função educativa que, em muito, sobrepuja o mérito à questão do punir ou do premiar. É essa função educativa que conduz ao processo de instalação da cultura

da avaliação – processo que existe em uma dada realidade, em um contexto cultural que o antecede e o qual se pretende melhorar sempre.

A adesão voluntária ao processo de Avaliação Institucional é o princípio de que o referido processo só logra êxito se for coletivamente construído e se puder contar com a participação dos seus membros, nos procedimentos e na utilização dos resultados, expressando, assim, a vontade política da IES.

A legitimidade do processo de avaliação só será garantida pelo gerenciamento técnico adequado.

A continuidade é que permite a comparabilidade dos dados de um determinado momento a outro, revelando o grau de eficácia das medidas adotadas a partir dos resultados obtidos.

Objetivos que se pretende atingir:	
Objetivos Gerais	Objetivos Específicos
<ul style="list-style-type: none"> - Avaliar a instituição como uma totalidade integrada que permite a autoanálise valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais efetivamente realizadas, visando à melhoria da qualidade acadêmica e o desenvolvimento institucional, e; - Privilegiar o conceito da autoavaliação e sua prática educativa para gerar, nos membros da comunidade acadêmica, autoconsciência de suas qualidades, problemas e desafios para o presente e o futuro, estabelecendo mecanismos institucionalizados e participativos para sua realização. 	<ul style="list-style-type: none"> - Gerar conhecimento para a tomada de decisão dos dirigentes da instituição em relação à melhoria contínua de qualidade dos serviços de educação superior ofertados; - Pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades as cumpridas pela instituição; - Identificar as potencialidades da instituição e as possíveis causas dos seus problemas e pontos fracos; - Aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo; - Fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais; - Tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade; - Julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos; - Prestar contas à sociedade sobre os serviços desenvolvidos.

Somando esses objetivos às considerações do documento Orientações Gerais para o Roteiro da Auto-Avaliação das Instituições, da CONAES, a CPA desta Instituição implantou as seguintes fases avaliativas:

- a - sensibilização;
- b - elaboração e aplicação dos instrumentos de avaliação;
- c - tabulação dos instrumentos propostos (relatório dos dados obtidos); e
- d - divulgação.

Em 2014 a CPA passou por grande reformulação e as 10 dimensões avaliativas foram reorganizadas em 5 eixos que a seguir no quadro abaixo.

5 Eixos abrangendo as 10 dimensões do SINAES:

EIXO 1: Planejamento e Avaliação Institucional	EIXO 2: Desenvolvimento Institucional	EIXO 3: Políticas Acadêmicas	EIXO 4: Políticas de Gestão	EIXO 5: Infraestrutura Física
Considera as dimensões: (8) Planejamento e Avaliação; Relato Institucional descrevendo os principais elementos do processo interno e externo de avaliação em relação ao PDI; Inclui os Relatórios da CPA, do período que constitui o objeto da avaliação	Contempla as dimensões: (1) Missão e PDI (3) Responsabilidade Social	Abrange as dimensões: (2) Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão; (4) Comunicação com a sociedade; (9) Políticas de Atendimento aos Discentes)	Compreende as dimensões: (5) Políticas de Pessoal; (6) Organização e Gestão da Instituição; (10) Sustentabilidade Financeira	Contempla as dimensões: (7) Infraestrutura Física

5.3 Metodologia da Coleta de Dados

A metodologia seguida para o desenvolvimento da Auto avaliação Institucional é de caráter científico, sendo as abordagens, de pesquisa quantitativa e qualitativa, coletadas por meio de uma série de instrumentos, tais como: questionários on line, cartazes e panfletos informativos.

Para a coleta dos dados são utilizados recursos tecnológicos usando o formulário eletrônico, visando assim proporcionar maior confiabilidade e agilidade na coleta e na apuração dos dados. Além dos questionários, usamos os relatórios das avaliações externas, formulário de atendimento da Secretaria, Ouvidoria e avaliação docente.

Com isso, podemos afirmar quais ações deveremos realizar e/ou melhorar para o ano 2018

Avaliação do EIXO 1

- Sensibilização envolvendo o maior número possível de discentes, tentando desenvolver o interesse e a cultura pela auto avaliação. - Estimular pessoalmente através das coordenações de curso o preenchimento dos questionários eletrônicos por parte dos discentes;
- Divulgar a CPA e seus resultados através da Central do Aluno e no Portal dos Professores. - Divulgar a CPA e seus resultados através de cartazes, site do IES e coordenadores em sala de aula. - Elaborar pequenos textos de ajuda que expliquem cada questão no formulário dos discentes a fim de diminuir os erros de interpretação.

Avaliação do EIXO 2

- Divulgar as atividades realizadas junto à sociedade civil como forma de informar e criar maior engajamento entre os discentes;
- Inserir nos cursos a cultura da iniciação à pesquisa, onde for possível.

Avaliação do EIXO 3

- Sugerir à mantenedora reformulação das aulas de EAD a fim de torná-las mais interessantes e didáticas;
- Reestudar a forma de comunicar com o mercado, dando mais ênfase à qualidade e menos aos valores de mensalidade;
- Divulgar através dos coordenadores de curso, o que é e como funciona a Ouvidoria.

Avaliação do EIXO 4

- Continuar com a política de treinamento e avaliação contínua dos funcionários da secretaria;
- Adoção de novas estratégias de marketing e abertura de novos cursos que tenham maior demanda por parte do mercado, por exemplo na área de saúde.

Avaliação do EIXO 5

- Divulgar de maneira mais evidente entre o corpo docente o sistema de reserva antecipada de equipamentos para que não haja mais observações quanto à quantidade de data shows;
- Insistir junto à mantenedora por uma solução que proporcione vestiário para os funcionários.

6. CONCLUSÃO

As atividades desenvolvidas pela Comissão Própria de Avaliação - CPA estão de acordo com o que determina a legislação. Ressalta-se que a CPA, não está somente ativa durante o processo de autoavaliação, uma vez que ela trabalha de forma permanente. Esse formato facilita a interação com os discentes, docentes e corpo técnico administrativo, que têm sempre um canal aberto à comunicação, de forma a facilitar e propiciar as contribuições, por exemplo, de estratégias de divulgação e captação novos alunos da Graduação. Isso demonstra que a CPA tem um papel importante na busca permanente de melhoria da Instituição. O Plano de

Melhorias apresentadas à Direção é sempre discutido e analisado em reuniões, à luz do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, e executado a partir das estratégias definidas entre a Gestão e a CPA. O processo de autoavaliação tem contribuído de forma direta e eficaz para a melhoria dos serviços prestados pela Instituição. Dessa forma, a Comissão de Própria de Avaliação – CPA desempenha um papel fundamental à medida que concentra seus esforços na identificação e proposição de melhoria dos pontos fracos, assim como, na identificação e intensificação dos pontos fortes, objetivando o cumprimento da Missão institucional.